

PLANEJAMENTO URBANO E MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES: A RESISTÊNCIA DO CAMPECHE (FLORIANÓPOLIS-SC) NA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR

Luis Felipe Cunha

Universidade Federal de Santa Catarina, Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, SC, Brasil
lf1lf2@gmail.com

RESUMO

O planejamento urbano da planície do Campeche, ao sul do município de Florianópolis-SC, vem demarcando, desde o final da década de 1980, um conflito entre as organizações populares locais e o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Muito embora os sucessivos planos da prefeitura não tenham sido totalmente implementados, o conflito referente às densidades de ocupação e ao tipo de desenvolvimento urbano permaneceu ao longo dos anos, com novas estratégias, sendo elaboradas por parte dos atores envolvidos, as quais adentram a discussão recente da elaboração do Plano Diretor Participativo de Florianópolis. Neste artigo, busca-se melhor compreender este conflito que envolve a organização popular do Campeche e a prefeitura de Florianópolis na discussão do Plano Diretor, a partir dos conceitos de território e territorialidade. Foram revistas fontes, documentos, atas públicas, artigos, e trabalhos acadêmicos consultados na dissertação de mestrado e em parte da elaboração da Tese de doutorado deste autor. Como resultados obtidos, apontam-se alguns dos questionamentos e reflexões sobre as contribuições da "lente" territorial, para o estudo deste caso e de outros semelhantes.

Palavras-chave: conflitos territoriais; relações de poder; participação popular; autonomia; autogestão.

PLANEAMIENTO URBANO Y MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES: LA RESISTENCIA DE CAMPECHE (FLORIANÓPOLIS-SC) EN EL PLAN DIRECTOR

RESUMEN

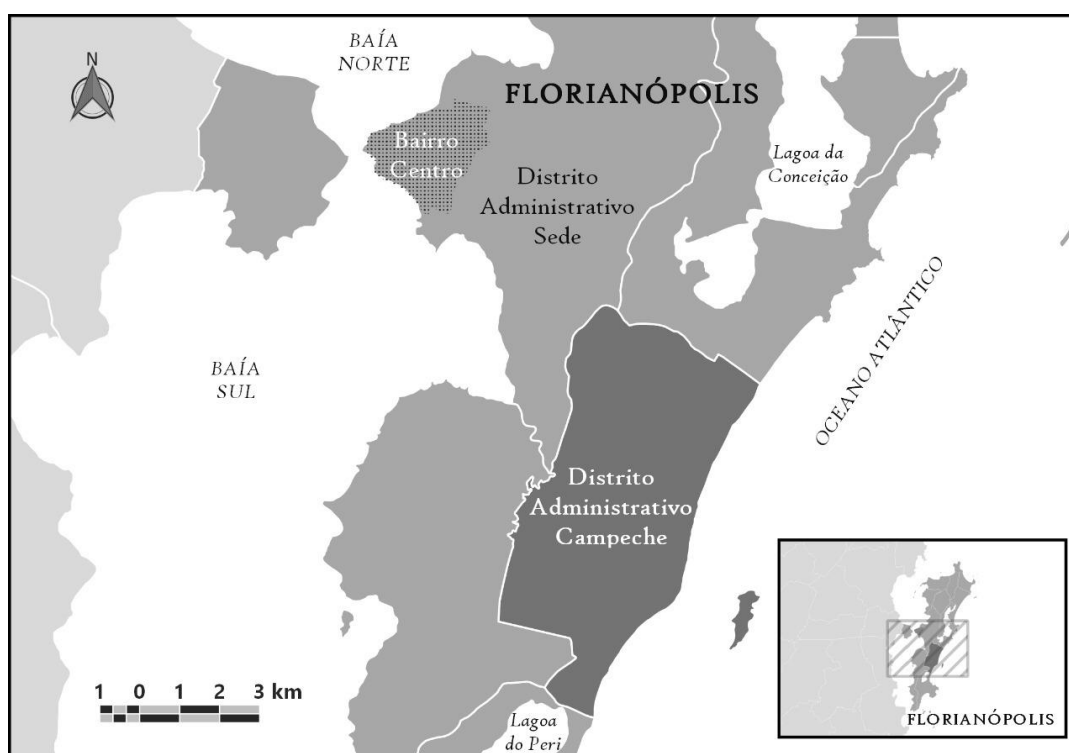
El planeamiento urbano en la planicie de Campeche, al sur del municipio de Florianópolis (Estado de Santa Catarina, Brasil), viene demarcando desde el final de la década de 1980, un conflicto entre las organizaciones populares locales y el Instituto de Planeamiento Urbano de Florianópolis. Aunque los sucesivos planos de la prefectura a los que los vecinos se oponían no hayan sido totalmente implementados, el conflicto referente a las densidades de ocupación y el tipo de desarrollo urbano permaneció a lo largo de los años, con nuevas estrategias siendo elaboradas por parte de los actores involucrados, las cuales fueron retomadas en la discusión reciente acerca del nuevo Plan Director Participativo de Florianópolis. En este artículo se procura entender el conflicto que envuelve la organización popular del barrio de Campeche y la prefectura de Florianópolis en la discusión del Plan Director, a partir de los conceptos de territorio y territorialidad. Fueron revisadas fuentes primarias, documentos, actas públicas y trabajos académicos consultados en la disertación de maestría y en parte de la elaboración de la tesis de doctorado del autor. Como resultados obtenidos, se apuntan algunos de los cuestionamientos y reflexiones sobre las contribuciones de la "lente" territorial, para el estudio de este caso y de otros semejantes.

Palabras clave: conflictos territoriales; relaciones de poder; participación popular; autonomía; autogestión.

INTRODUÇÃO

O Campeche é um bairro e um dos doze distritos administrativos do município de Florianópolis, em Santa Catarina. Localizado a sudeste da porção insular do município, e delimitando uma área de planície de 35,32 Km² coberta de paisagens naturais, morros, lagoas, dunas, restingas e uma extensa faixa litorânea, esta porção do território vem passando nas últimas décadas por um forte processo de urbanização e adensamento populacional, motivado pela abertura de novas frentes, loteamentos e construção de novos empreendimentos imobiliários. Com a projeção da imagem de Florianópolis associada à “qualidade de vida”, o Campeche passa, ao menos desde a década de 1990, a configurar como uma das principais opções para a moradia na cidade, processo que se intensifica recentemente, com a paisagem revelando um novo padrão construtivo predominante, o do condomínio fechado, destinado ao público de elevado poder aquisitivo. Na figura 1 abaixo, a localização do distrito em relação ao município e ao centro da cidade.

Figura 1: localização do distrito do Campeche no município de Florianópolis-SC.



Fonte: elaborado por André Oliveira, 2017.

A década de 1990 também ficaria marcada pelo conflito entre as organizações populares locais e o poder público, na ocasião em que o IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis passou a elaborar, em 1989, o PDC - Plano Diretor do Campeche. O conflito não cessaria com as mudanças trazidas pelo Estatuto da Cidade em 2001, se estendendo também ao longo do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, iniciado em 2006, e em discussão nos dias atuais, na esfera pública florianopolitana.

Os sucessivos confrontos entre os planos propostos pela prefeitura e a resistência estabelecida pelas organizações populares do Campeche, nos impulsionam a buscar, a partir dos conceitos de território e territorialidade trabalhados por autores como Sack (2011), Souza (2013) e Haesbaert (2007; 2013), uma maior compreensão destes conflitos. Questionamos neste sentido, quem são os atores, quais os pontos de conflito, e quais estratégias utilizadas na elaboração da política pública do plano diretor foram importantes na estruturação da trama territorial em Florianópolis? Como a territorialidade, expressa nas relações de poder exercidas em determinada porção do espaço social, auxilia na

compreensão da complexidade que envolve a conflitualidade na produção da cidade contemporânea? As questões levantadas apontam para os limites da elaboração dos planos diretores municipais, mesmo aqueles que têm sido elaborados sob o imperativo da participação institucionalizada. Embora na elaboração destes planos, o poder decisional em relação ao desenvolvimento urbano tenha permanecido centrado na esfera do Estado, compreende-se que a apropriação do território por uma parte dos habitantes é um importante elemento, capaz de redirecionar tais planos. O uso da territorialidade por parte das organizações populares locais é capaz de estabelecer bloqueios a projetos específicos da administração municipal, situando-se na base da elaboração de projetos e planos alternativos aos planos diretores municipais.

Considera-se o território, por definição, um complexo derivado de “múltiplas territorialidades” (HAESBAERT, 2007; 2013), um “espaço definido pelas relações de poder” que nele são projetadas (SOUZA, 2013). A territorialidade, por sua vez, significa o “controle do acesso” à uma determinada área, ou aos objetos contidos dentro de uma determinada área (SACK, 2013). Neste estudo de caso, verificou-se que o uso da territorialidade, em um planejamento praticado “fora” da esfera estatal é capaz de ampliar, significativamente, as chances de que o espaço atenda em maior medida às demandas pautadas pelos habitantes locais, que o vivenciam cotidianamente. No caso do Campeche, as ligações indentitárias com o terreno, e o controle social por parte das organizações populares locais sobre o processo de planejamento, definiu, não somente o bloqueio de um plano de desenvolvimento de larga escala atinente a interesses privados, como também, resultou recentemente, na conquista de um espaço público para o bairro, este espaço apropriado por moradores e grupos locais ao longo dos últimos 30 anos. Neste artigo, busca-se melhor compreender os conflitos que envolveram a organização popular do Campeche e a prefeitura de Florianópolis na discussão do Plano Diretor, a partir dos conceitos de território e territorialidade.

Este artigo está dividido em três partes: a primeira, busca definir brevemente o conceito de territorialidade, a partir de alguns dos autores que têm reconhecida relevância sobre este conceito; na segunda parte, faz-se um breve apanhado histórico da tradição participativa no bairro do Campeche, em Florianópolis, em referência ao planejamento urbano; na terceira parte, busca-se problematizar o processo de elaboração do PDP - Plano Diretor Participativo de Florianópolis, iniciado em 2006, a partir da perspectiva de um planejamento hegemônico, em contraposição a um planejamento exercido com grande grau de autonomia pelos moradores do Campeche, de modo a elucidar uma importante face do processo de territorialização e as múltiplas territorialidades que o definem.

A CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES: BREVE APANHADO TEÓRICO-CONCEITUAL

O entendimento do território, enquanto campo de disputas e de conflitos, imanente às relações sociais de poder, recebe forte contribuição a partir de David Sack, em *Human Territoriality* cuja primeira edição data de 1986. Este estudo é considerado por Souza (2013), como sendo entre outras contribuições, a exemplo de Michael Foucault e da dupla Gilles Deleuze e Félix Guattari, o marco mais importante na “virada teórico-conceitual” nas décadas de 1980-90, que incorporaria ao sentido de território uma forte dimensão relacional entre a materialidade espacial e a subjetividade do campo ideal. Na concepção de Sack (2013), a territorialidade pode ser entendida como “acesso” ou “controle” a áreas, podendo ou não ser utilizado, como estratégia voltada para obtenção ou manutenção de “vantagens espaciais”. Em sua abordagem é a interação entre as territorialidades exercidas por indivíduos ou grupos, que irão conformar os mais diversos territórios.

Para Sack (2013), a territorialidade é uma estratégia geográfica, a qual pode ser utilizada, por intermédio das relações de poder, para controlar pessoas e coisas por meio do controle de área. A territorialidade “[...] é uma expressão geográfica primária do poder social. É o meio pelo qual o espaço e sociedade estão inter-relacionados” (p. 63). Em diferentes espaços ocorrem, a todo tempo, mudanças de territorialidade, em razão de uma vasta gama de variáveis: políticas, econômicas, culturais ou mesmo naturais. De fato, como aponta Sack, os indivíduos ou grupos que estão em posição de exercer controle sobre determinadas áreas, possuem vantagens espaciais sobre os outros, que não detêm esta posição.

Considerando que as territorialidades podem ser utilizadas como forma de obtenção de vantagens espaciais, são, notadamente, estas territorialidades utilizadas por indivíduos e grupos em processos de territorialização, como é o caso do planejamento urbano da planície do Campeche, que abordamos aqui. É aqui, na territorialização, que o território enquanto efeito de múltiplas territorialidades é inserido na relação espaço-temporal dos processos espaciais de transformação.

Neste sentido, enfatiza-se aqui, os processos recentes de uma des-territorialização amalgamada entre o estado e o mercado, em que atores da sociedade civil florianopolitana têm exercido papel de protagonismo na re-territorialização, a partir da apropriação do espaço vivido em seu cotidiano.

Para Haesbaert (2007), enquanto o espaço social aparece de maneira difusa por toda a sociedade e pode, deste modo, ser trabalhado de forma genérica, o território e as dinâmicas de des-territorialização devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato controlam esses espaços e processos sociais que os compõem. Assim, o ponto crucial a ser enfatizado é aquele que se refere às relações sociais enquanto relações de poder. Em uma perspectiva lefebvriana, Haesbaert propõe que:

Enquanto continuum dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações - que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência - pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe) (HAESBAERT, 2007, p.4).

Deste modo, em relação às múltiplas territorialidades que empreendem as disputas de poder, Haesbaert (2007) vai considerar que estas não correspondem apenas a “algo abstrato”, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também “[...] uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural” (HAESBAERT, 2007, p.7). O território, portanto, para este autor, “[...] pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (idem, p.9).

Ainda de acordo com Haesbaert (2013) é preciso ser desconstruída a ideia bastante enfatizada na Geografia Política e pelo senso comum, de território restrito ao poder político tradicional - centrado no Estado - para a construção de uma ideia que leve em conta “[...] os múltiplos sujeitos do poder, e a resistência que lhes é inerente” (p.25). É neste sentido que ele considera ser necessário abordar o pressuposto da crise do Estado na contemporaneidade, e com isso, a crise de sua função territorializadora, em relação ao domínio dos processos de territorialização.

A partir de Deleuze e Guattari (1972), Haesbaert (2013) argumenta que todo o processo de territorialização é também um processo de des-territorialização, assim sendo que, “[...] a crise relativa do Estado implica numa espécie de enfrentamento com outras formas de des-territorialização, [identificadas] como o seu ‘fora’” (p. 27). Deste modo, considerando que a forma Estado é muito antiga e presente na maior parte das sociedades, ela sempre teria estado em relação com um “fora”, não podendo ser pensada independentemente dessa relação. Segundo esta interpretação estes “fora” correspondem as grandes empresas e companhias, mas também aos grupos locais que buscam afirmar os direitos sociais segmentários contra os órgãos de poder do Estado. Assim a partir disto, poder-se-ia questionar, por exemplo, se a elaboração de planos diretores “participativos” municipais, após a aprovação do Estatuto das Cidades em 2001, tem significado efetivamente uma maior influência dos grupos excluídos na planificação da trama territorial urbana, ou se, por outro lado, estas reestruturações do Estado não estariam retirando do Estado a responsabilidade de exercer seu papel na produção do espaço, transferindo-a para setores da sociedade civil.

Na definição do conceito de território, Haesbaert (2013) considera necessário compreender os sujeitos em jogo seus objetivos políticos, desde os grupos hegemônicos, “[...] até os movimentos sociais de resistência, em suas estratégias de transformação autonomista” (p. 30). Assim como o poder territorial não se restringe ao Estado, ele não se reduz à influência da gestão dos políticos eleitos, sendo muito mais abrangente, incluindo a política que é exercida “em sua essência”, por uma ampla gama de atores sociais, não necessariamente ligados ao poder estatal. Ao convidar outros agentes, do mercado e da sociedade civil, para o campo decisional na elaboração dos planos diretores municipais, isto não significa que, ao final, estes planos irão refletir-se em pactos socioterritoriais democráticos, visto que o Estado possui diversos meios para, após o “processo participativo”, subverter estes processos, como através de mudanças de zoneamento realizadas em círculos fechados, ao exemplo das alterações que ocorrem internamente nas câmaras de vereadores, as quais visam atender interesses privados do mercado.

É neste sentido, da ampliação do conceito de território para a incorporação de uma compreensão que considere a multiplicidade de atores sociais e o poder que se interpõe nas relações entre estes

atores, que a teoria da territorialidade, passa a assumir nova importância, em relação a cidade contemporânea e seu estudo. Considerando a contribuição de Sack (2013 [1986]) para quem as territorialidades se definem por estratégias que podem ser utilizadas como forma de obtenção de vantagens espaciais, mas também como atributo identitário-cultural, são notadamente estas territorialidades, estratégias utilizadas por indivíduos e grupos em processos de territorialização nos quais o planejamento urbano exerce influência. Nas arenas políticas que abrangem os planos diretores municipais recentes refletem-se diversos conflitos que, não somente “ocorrem” no espaço mas que “fazem referência” de algum modo ao espaço, a partir de múltiplos interesses, sejam estes privados ou coletivos.

Os estudos com base na teoria do território e da territorialidade podem agregar importantes reflexões à compreensão dos conflitos no planejamento urbano municipal pós-Estatuto da Cidade. A relação entre esta teoria e o planejamento urbano tende a se tornar mais relevante, à medida em que o planejamento participativo cria novos espaços institucionais em que a sobreposição de territorialidades se torna um elemento presente no cotidiano destes espaços. No processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, o confronto entre diferenciadas visões de cidade vem demarcando uma questão política, na qual o território é em grande proporção definido pelos planos e projetos derivados das agências estatal (sob forte influência do mercado), ainda que estes projetos e planos venham sendo em muito contrariados e contestados por resistências urbanas locais, conformando um cenário de múltiplas territorialidades.

É o caso do bairro do Campeche em Florianópolis, localmente reconhecido pela sua tradição participativa em relação às disputas territoriais que vem envolvendo, desde a década de 1980, o plano diretor municipal.

O CONFLITO NO PLANEJAMENTO DO CAMPECHE

O distrito do Campeche foi ocupado por pequenas comunidades de pescadores e agricultores até os anos 70, e passou a sofrer um intenso processo de urbanização nos anos 1990. De acordo com Castro (2008:76), a ocupação urbana na localidade deu-se pelo parcelamento das glebas e dos grandes lotes rurais em terrenos menores, realizado pela população nativa, ou pelos novos proprietários, para sua venda como lotes urbanos. Em função de muitos destes loteamentos serem resultantes de processos irregulares, não houve a preocupação de se configurarem espaços públicos de uso coletivo, com exceção das precárias vias de acesso.

Em 1989, o IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis começou a elaborar o PDC - Plano de Desenvolvimento do Campeche (Plano Diretor da Planície Entremares). No ano seguinte, foi redigida a “1ª Carta dos Moradores do Campeche sobre os Projetos de Urbanização da Área”, a qual, partindo da rejeição do projeto da prefeitura, colhia reivindicações dos moradores, sendo este o primeiro conjunto sistemático de propostas para a elaboração do que viria posteriormente a se constituir no plano diretor comunitário (BÚRGOS, 2007).

De acordo com Búrgos et al. (2007) é a partir da década de 1970 que as belas paisagens da Ilha de Santa Catarina passam a compor áreas cada vez mais almeçadas para a composição de grandes negócios. Segundo estes autores, a invasão das dunas do Campeche entre 1979 e 1980 no Morro das Pedras, e a organização de surfistas ativistas no enfrentamento a esta invasão demarca o início da resistência e os conflitos entre a preservação dos espaços naturais e a intervenção humana.

Os anos 1980 também trouxeram transformações. Com a aprovação do “Plano Diretor dos Balneários” em 1985, as áreas costeiras e do interior da Ilha, em sua maior parte, foram transformadas em urbanas, incentivando a sua real transformação, de espaço rural para espaço urbano em consolidação. Ao final desta década, a urbanização do Campeche passa a se inserir no contexto de um projeto de desenvolvimento urbano para a cidade, quando o balneário passa a ser destacado pela sua oferta de terras. Segundo Amora (1996:72), é no limiar de um processo em que “[...] a terra transforma-se em terreno” (mercadoria), que ocorrem profundas mudanças no Campeche, na vida dos indivíduos, em seu cotidiano e em suas formas de agir em sociedade. Ainda, de acordo com Fauth (2008), imanente a este processo houve nos anos 1990 um aumento no perfil de renda das famílias que passaram a morar no Campeche, e como consequência, isto incorreu no aumento do custo de vida para os moradores e populações tradicionais. As transformações no uso do solo implicaram na des-territorialização destas populações (comunidades pesqueiras e rurais), e na re-territorialização destas áreas, em um novo contexto, no qual as relações de troca passam a se sobrepor às relações baseadas no uso do solo. A prefeitura municipal, mais do que visando regular

ou controlar este processo, promove – por meio da elaboração de planos e projetos – a ocupação da localidade, sob o artifício da necessidade do desenvolvimento econômico do município.

Em 1992, o IPUF enviou à Câmara de vereadores o Plano de Desenvolvimento do Campeche, o qual alterava o Plano Diretor dos Balneários. O órgão de planejamento municipal propunha com isso, a urbanização da área de planície atrelada à construção de um extenso sistema viário de vias “cortantes” relativamente rápidas, e que seria construído de uma só vez sobre a planície, modelo inspirado na cidade inglesa Milton Keynes (Búrgos et al. 2007); Na concepção dos técnicos em planejamento do IPUF, os elementos geradores de empregos, atrativos de investimentos de porte internacional e que alavancariam a economia do município seriam os parques tecnológicos, segundo o modelo das tecnópolis japonesas (RIZZO, 2013).

O projeto da prefeitura pautava-se na exploração turística e imobiliária da localidade, prevendo, quase como uma tendência inevitável um crescimento populacional que atingiria aproximadamente 450.000 habitantes, ocupando 70% do solo da planície (o que justificaria a necessidade do tal planejamento aos moldes que propunham, de acordo com sua visão). Levando-se em consideração a população do município na época, de aproximadamente 345 mil habitantes, a visão da prefeitura visava motivar a criação de uma “nova cidade”, dentro da cidade já existente.

A população local questionou a concepção do plano da prefeitura, privilegiando outra visão, pautada na preservação ambiental e cultural. Mobilizando-se em defesa de um estilo próprio de vida, a comunidade do Campeche pressionou o governo municipal (gestão de Sérgio Grandó – PPS – Partido Popular Socialista, na ocasião) e conseguiu que o projeto fosse discutido fora dos ambientes técnicos do planejamento municipal.

No início de 1993 o então prefeito retirou o Plano Diretor da Câmara para discussão com as comunidades. Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foram convidados para discutir o projeto. O modelo foi questionado e foram sugeridas reavaliações, porém as discussões promovidas não trouxeram resultados do ponto de vista das propostas encaminhadas pelas organizações populares locais, dando início a um longo conflito entre posições sobre o projeto de desenvolvimento mais adequado para a região.

Em 1994, novamente, a pressão dos moradores levou o IPUF a abrir um processo de discussão com a população local. Nas reuniões, os pontos de discórdia mais evidentes eram o dimensionamento do sistema viário, a “Via Parque” sobre as dunas (com 40 metros de largura), os altos gabaritos dos prédios, a densidade populacional induzida e as consequências ambientais e sócio-culturais do desenvolvimento proposto para o sul da Ilha (BÚRGOS et al., 2007).

Entre 1995 e 1996, representantes do atualmente extinto “Orçamento Participativo do Sul da Ilha” (experiência implementada nos distritos na época em que uma aliança progressista fez parte do governo na gestão de Grandó, entre 1993-1996) elaboraram e enviaram um abaixo-assinado ao então prefeito municipal, solicitando a retirada do PDC da Câmara para ser discutido com a população, ato que surtiu efeito. Em novembro de 1996, reabriram-se as discussões de planejamento na região e nas comunidades. De acordo com Búrgos et al. (2007), a maior parte das alterações que vinham sendo feitas pelos vereadores, transformava Áreas Verdes de Lazer (AVL), Áreas de Preservação Limitada (APL) e Áreas de Preservação Permanente (APP) em Áreas Turísticas Residenciais (ATR) com a finalidade de atender a interesses privados.

O PDC que com o abaixo-assinado havia sido retirado da Câmara de Vereadores na gestão de Sérgio Grandó, em 1996, com a eleição de Ângela Amim (PP – Partido Progressista) acabaria voltando à Câmara de vereadores. Em julho deste mesmo ano, decorrente da demanda por uma discussão do plano em mais ampla esfera, o IPUF apresentou à comunidade o PDC, em uma assembleia, onde comparecem mais de 200 pessoas. A assembleia rejeitou o plano, e em agosto foi fundado o MCQV - Movimento Campeche Qualidade de Vida. O MCQV, articulando diversas entidades locais, como o “Jornal Comunitário Fala Campeche” e a “Associação Rádio Comunitária do Campeche”, passaria a coordenar o embate com o executivo municipal sobre o planejamento da planície.

De acordo com Búrgos et al. (2007), o MCQV se constituiu como um movimento de articulação de diversas entidades da região (associações de moradores, movimentos e entidades de bairro) atingidas pelo Plano de Desenvolvimento do Campeche. A trajetória do MCQV está associada a organização e mobilização autônoma de moradores, cujos objetivos visavam problematizar questões socioambientais e a insuficiência das políticas públicas de planejamento urbano municipais.

Em 1997, o MCQV organizou durante três dias, o “1º Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche”, que contou com a participação de mais de 350 pessoas. A partir deste processo de construção comunitária, foi elaborado um documento chamado de “Dossiê Campeche” (MCQV, 1997). O documento fez um diagnóstico da localidade, trazendo análises e pareceres especializados sobre o PDC, propondo diretrizes de desenvolvimento sustentável, construídas a partir das demandas comunitárias.

O dossiê deu origem ao “Plano Comunitário para a Planície de Campeche - Proposta para um Desenvolvimento Sustentável”. O plano comunitário foi apresentado na Câmara de vereadores, em março de 2000, como substitutivo global ao plano da prefeitura, elaborado pelo IPUF. A experiência é considerada por Búrgos et al. (2007), como pioneira em todo o país, no que diz respeito à elaboração de um contra-planejamento (ao que viria a ser o Plano Diretor oficial da prefeitura) através de um processo de planejamento participativo regido por um forte grau de autonomia da população local.

De acordo com Búrgos (2007), no primeiro semestre de 2001, começaram discussões na Câmara de Vereadores para a aprovação do PDC, levando em conta a existência dos dois planos em disputa. A Câmara, no entanto, não conseguindo pôr em votação o plano oficial devido à pressão pública, decidiu por elaborar uma terceira versão do Plano Diretor, embasada nos dois projetos. Porém, novamente a proposta conservava em sua essência o projeto da prefeitura, sendo rejeitado pela comunidade, que exigiu um novo processo democrático de discussão. Neste momento, a participação social na elaboração de políticas públicas ganhava respaldo, com a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001).

Outros dois momentos em que a sociedade civil organizada conseguiu impedir a votação do PDC da prefeitura, ocorreram até o início do processo do Plano Diretor Participativo em 2006. A primeira ocasião se deu diante da ocasião da votação do PDC, em março de 2003. Anunciada a votação com apenas um dia de antecedência, as organizações populares envolvidas reagiram a tempo, realizando uma mobilização de mais de 200 pessoas na Câmara de Vereadores, e conseguindo suspender a votação até a realização de audiências públicas, tal como previsto pelo Estatuto da Cidade. A liminar judicial assinada a partir de recurso feito pela AMOCAM – Associação de Moradores do Campeche, e pela UFECO - União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, contra o presidente da Câmara na ocasião, conseguiu a suspensão da aprovação do plano da prefeitura, até o término do governo Ângela Amim.

O segundo momento ocorre já em 2005, na gestão de Dário Berger (PSDB/PMDB). No dia 8 de março, o presidente da Câmara Municipal anunciou publicamente que retomaria imediatamente a discussão do Plano Diretor. Houve mobilização e resistência expressando-se em favor da necessidade de sua rediscussão com a população. Em abril daquele mesmo ano, o projeto foi novamente retirado da Câmara e o prefeito nomeia uma comissão especial para a mediação do conflito.

O CAMPECHE NO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FLORIANÓPOLIS: UM TERRITÓRIO DEFINIDO POR MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES

Os planos diretores vigentes nas décadas de 1980 e de 1990 (leis municipais nº 2193/85 e 001/97) cobriam somente parcialmente o território florianopolitano. Com o processo de revisão destas leis e a elaboração de um novo plano diretor, processo iniciado em julho de 2006, dá-se início a uma experiência notadamente distinta das anteriores em matéria de planejamento urbano na cidade, na qual o plano diretor abrange a totalidade do território municipal, e no qual o direito à participação está respaldado no Estatuto da Cidade, aprovado em 2001. Vale destacar que desde o primeiro plano diretor de Florianópolis, aprovado em 1954, até o plano aprovado em 1997 e vigente até o final de 2013, quando o Plano Diretor Participativo é votado e aprovado, os planos diretores foram resultantes de trabalhos essencialmente técnicos, elaborados por escritórios privados, ou pelo IPUF, que foi criado em 1977.

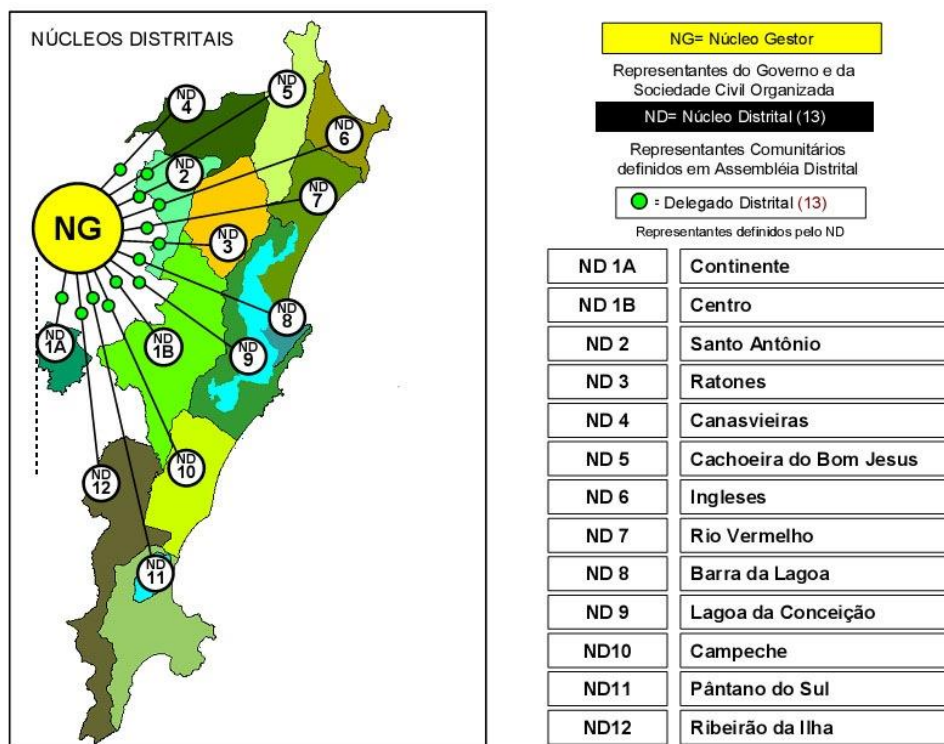
O processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Florianópolis tem seu início em 2006, sob a coordenação do órgão de planejamento municipal o IPUF. Em uma primeira audiência realizada em março de 2007, para dar início ao processo de composição do Núcleo Gestor, este ficou definido pelas seguintes proporções: I) poder público – dez representantes, entre os quais, o IPUF, órgãos de licenciamento e fiscalização ambientais, entre outros; II) organizações da sociedade civil – dezesseis representantes, entre movimentos sociais, fóruns, entidades de classe, e entidades acadêmicas.

Decorrente de uma reivindicação de organizações populares do Campeche, a qual é acatada pelo IPUF e pela prefeitura municipal, ainda fizeram parte da composição do Núcleo Gestor - treze “representantes distritais” - eleitos diretamente pelos moradores em audiências públicas que ocorreram sistematicamente em cada um dos doze distritos administrativos do município de Florianópolis.

O Núcleo Gestor era, portanto, diversificado, e assim as territorialidades se definiam, ora pelos movimentos sociais e organizações populares, ora pelas entidades representativas da classe industrial e empresarial (como o SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil de Florianópolis e a CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas), e bem como, pelos representantes do poder público. A novidade principal foi a incorporação dos Núcleos Distritais, e os representantes eleitos diretamente pela população. Tal inserção na composição deste grupo, responsável por fiscalizar e acompanhar o processo participativo de elaboração do plano diretor, viria, posteriormente, a alterar a conjuntura desta esfera de poder, que é o Núcleo Gestor, e com isso, os rumos que o processo do plano diretor iria tomar dali em diante.

Os Núcleos Distritais se constituíram em “espaços públicos” referentes à divisão político-administrativa do município, conforme demonstra a figura 2, a seguir. O objetivo principal dos Núcleos Distritais era o de viabilizar a participação das comunidades nas discussões do plano diretor. Em cada distrito equiparam-se sedes comunitárias, com computadores, telefones, material gráfico e pessoal de apoio, como estagiários dos cursos de Geografia e Arquitetura. Compunham o processo participativo, e de certa forma, pedagógico nestes espaços públicos, entidades comunitárias, associações locais, cidadãos, representantes distritais e suplentes, eleitos em assembleias. Tal desenho institucional configurou-se em uma inovação no território florianopolitano. Ampliando o modelo da ratificação pública dos planos diretores municipais, em que “[...] os atores da sociedade civil não participam do processo decisório, mas são chamados a referendá-lo publicamente” (AVRITZER, 2008, p. 46), a introdução desta inovação territorial acabaria servindo, no jogo político, como uma forma de empoderamento social. O estabelecimento destes espaços públicos ampliou as condições para que o território fosse simbolicamente apropriado pelos cidadãos isolados e grupos locais. Como reação a esta apropriação e a este empoderamento, a experiência dos Núcleos Distritais não iria durar mais que dois anos em Florianópolis, sendo finalizada pela prefeitura no início de 2009.

Figura 2: Núcleos Distritais do Plano Diretor de Florianópolis



Fonte: IPUF. Plano Diretor Participativo de Florianópolis. Florianópolis, 2006.

Diante do início do processo do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, em 2006, as organizações populares envolvidas na temática do Plano Comunitário para a Planície do Campeche se deparam frente a um novo processo. Tendo em vista o contexto da institucionalização do planejamento participativo em âmbito nacional (e, paralelamente, o agravamento dos problemas decorrentes da expansão imobiliária e turística no bairro desde o final da década de 90, a exemplo da especulação fundiária), o MCQV deu início a um processo de revisão do conteúdo do Dossiê Campeche (1997) e do Plano Comunitário (1999). As reuniões realizadas com esta finalidade deram origem ao “Conselho Popular da Planície do Campeche”, e à proposta de realização do “II Seminário Comunitário de Planejamento”. Este Conselho Popular teve participação ativa no diálogo com a prefeitura e com as diversas entidades da sociedade civil envolvidas com o Plano Diretor Participativo, passando a integrar, no final de 2006, o Núcleo Distrital do Campeche, no PDP de Florianópolis (BÚRGOS, 2007).

O II Seminário Comunitário de Planejamento da Planície do Campeche foi realizado nos dias 30 e 31 de março de 2007, no Clube Catalina. Este seminário representou um momento importante, com um primeiro convite formal ao IPUF para integrar as discussões comunitárias, após o longo período de afastamento do órgão, o que começou a ser revertido nas primeiras audiências públicas para a eleição dos representantes dos Núcleos Distritais. O seminário dava ênfase à nova conjuntura colocada pelo Estatuto da Cidade, que a partir de 2001, colocava a participação como prerrogativa no planejamento urbano dos municípios com mais de vinte mil habitantes. O evento foi realizado durante dois dias e contou com a presença de aproximadamente 150 pessoas (BÚRGOS et. al, 2007).

No dia 13 de Dezembro de 2007 foi realizada uma primeira audiência pública distrital, no Clube Catalina, Campeche. Na audiência foram expostos os resultados das oficinas temáticas realizadas em meses anteriores. Como principais demandas da população local, a democratização do espaço público, com a garantia do direito de acesso da população aos espaços e equipamentos públicos, contemplando: I) os espaços constituídos historicamente pelo uso da população; II) a defesa constitucional da preservação ambiental da zona costeira como patrimônio público e nacional; III) o acesso a equipamentos de uso coletivo de saúde, educação, transporte, lazer e cultura.

No primeiro semestre de 2008, foram realizadas duas oficinas voltadas para a discussão do uso e ocupação do solo e do sistema viário. Em 26 de abril deste ano foi realizado o “Seminário de Infraestrutura social e Desenvolvimento Econômico”, no salão da igreja São Sebastião. A metodologia do seminário seguiu o modelo de divisão em grupos por temáticas, apresentação das propostas e encaminhamento para relatório final. Houve na ocasião, a apresentação de um detalhado mapa de zoneamento, elaborado pelos moradores locais, e a rediscussão das propostas a partir das diretrizes aprovadas.

Em 2009 o Núcleo Distrital do Campeche, juntamente com os outros Núcleos Distritais que compunham o processo de discussões do PDP foram fechados, com retirada de recursos (materiais e humanos) restringindo a continuidade do processo participativo. O Prefeito reeleito e empossado no início de 2009, contrata uma consultoria privada com sede na Argentina, a *Fundación Cepa - Centro de Estudios y Proyectos del Ambiente* (empresa com sede em La Plata - Argentina) para conduzir os trabalhos de elaboração do PDP, alegando que o mesmo estaria adentrando uma “fase técnica”. A Cepa propôs novamente, lembrando as investidas da década de 1990, o campeche como um “grandes eixo” de desenvolvimento, no modelo territorial proposto. Fica aqui evidente, como o uso da territorialidade pela administração política local teve como intuito desmobilizar um processo em que as localidades ganhavam força e autonomia, definindo demandas e diretrizes que eram, porém, contrárias aos interesses do poder político instituído.

Havendo sido interrompida a participação institucionalizada nos Núcleos Distritais, e, portanto, sem recursos e nem acompanhamento técnico, os trabalhos no ano de 2009 transcorreram pela atuação voluntária dos membros do ND do Campeche, que se responsabilizaram e arcaram com os custos da tarefa de finalização da proposta de reatamento das diretrizes no mapa do distrito. Neste trabalho, a construção de demandas e diretrizes comunitárias e a definição de um zoneamento coerente com as necessidades e expectativas locais é realizado com elevado grau de autonomia, demonstrando que, o acúmulo de experiências na elaboração de planos alternativos ao longo dos anos, possibilitou que as comunidades locais obtivessem um elevado grau de conhecimento sobre seu território.

Ainda em 2009, o ND do Campeche realizou novas oficinas em duas grandes áreas que abrangem o norte e o sul da planície do Campeche. O objetivo foi o de concluir o “reatamento espacial” das diretrizes do distrito, efetivando as propostas dos moradores na formulação do macrozoneamento. A proposta comunitária para o PDP da planície do Campeche foi reconstruída em três oficinas

temáticas de um dia, entre Março de 2009 e Abril de 2009. As metodologias incluíam a análise em grupo da proposta do mapa, e a definição da proposta para ser encaminhada ao ND do Campeche.

A ação de fechamento das bases distritais por parte da administração municipal contrariava o que estabelece a Resolução nº. 25 do Conselho das Cidades, a qual prevê que a coordenação do processo participativo de elaboração do Plano Diretor deve ser compartilhada entre o poder público e a sociedade civil “em todas as etapas do processo” de elaboração do Plano Diretor.

Em entrevista, a representante do Núcleo Distrital do Campeche na discussão do Plano Diretor Participativo tece sua opinião sobre o referido momento:

Nós passamos a participar, e fomos até a hora em que o Dário interceptou o processo no início de 2009. Fizemos Audiência Pública, aprovamos diretrizes, e quando começaram a ter retorno, eles pararam com o processo; então o que é que nós fizemos, entregamos o nosso Plano Substitutivo de 2009, um dossiê que registramos em cartório, e pedimos para o IPUF avaliar. Depois que passou isso em 2009, a especulação pelo capital imobiliário foi um absurdo! A CEPA, eles fizeram a coisa da maneira que eles queriam, ou seja, “lá” é uma região que permite alta densidade, então, “lá” vai ser a “bola da vez” da ocupação urbana na Ilha (CUNHA, 2013, p. 150).

A interrupção do processo de participação no Plano Diretor viria a estimular a reorganização de uma resistência ativa ao retrocesso no modelo de planejamento implementado. Com a constatação de que muitas das demandas e diretrizes previamente estabelecidas nos Núcleos Distritais haviam sido suprimidas (sendo substituídas por outras que estimulavam uma visão de cidade que dava ênfase aos grandes projetos e ao capital turístico e imobiliário), um grupo de aproximadamente quinze pessoas (integrantes de movimentos sociais, desvinculados dos Núcleos Distritais e do Núcleo Gestor) viria a formar o que chamariam de “Núcleo Gestor Autoconvocado”. Este grupo passaria a realizar reuniões com o objetivo de propor um projeto alternativo, um contraprojeto, substitutivo ao PDDS – Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis, que passava a ser elaborado pela CEPA, em detrimento do processo de participação que havia sido realizado entre 2006 e 2008, no PDP de Florianópolis.

No Anteprojeto do PDDS, constava em seu conteúdo o estabelecimento de grandes projetos: parques temáticos, portos, parques tecnológicos, “cidades do conhecimento”, etc. As organizações populares locais estiveram atentas ao fato de que, por trás do discurso preservacionista do plano, havia uma grande margem de atuação para que interesses privados fossem fortalecidos, aproveitando o “recurso” local, ambiental e paisagístico, para promover um processo de capitalização da natureza, contrário a uma visão de direito à cidade a qual defendem as organizações populares.

Após o período de incertezas sobre a elaboração do plano diretor durante a sua “fase técnica”, foi convocada no dia 18 de março de 2010 uma audiência pública municipal para a exposição de motivos do Anteprojeto de Lei do PDDS de Florianópolis. A exposição não foi possível, perante a ovação pública e a manifestação popular no auditório do TAC - Teatro Álvaro de Carvalho, onde seria feita a exposição. A manifestação se dava por conta do desacordo não apenas com o conteúdo do plano proposto, mas principalmente pela maneira pela qual o processo havia sido conduzido, alijando as instâncias participativas – o Núcleo Gestor e os Núcleos Distritais – do processo de elaboração do plano diretor. A figura 3 ilustra este momento em que se evidencia o amplo descontentamento popular com o processo de elaboração e com as propostas apresentadas no Plano Diretor Participativo de Florianópolis, em 2010.

Em 07 de abril de 2010, o IPUF envia um comunicado à imprensa, manifestando-se em defesa do envio do PDDS à Câmara de Vereadores da maneira em que se encontrava, alegando a justificativa de que a Câmara de Vereadores seria mais representativa do que o Núcleo Gestor.

Com o impasse, o grupo do Núcleo Gestor Autoconvocado envia documentos ao Ministério Público requerendo a retomada do processo participativo com a reconstituição imediata do Núcleo Gestor. A ação civil junto ao Ministério Público traria resultados positivos (mesmo que parciais) para algumas das requisições que vinham sendo feitas. Em agosto de 2011 uma comissão especial formada para a apresentação e revisão do Anteprojeto do Plano Diretor realiza uma reunião na qual se dá início ao processo de reintegração do Núcleo Gestor. O plano voltaria a ser discutido com as comunidades entre março e maio de 2012, embora não mais nos moldes dos Núcleos Distritais. O novo modelo ancorou-se em uma participação mais restrita, visto que reduziu-se a audiências de consulta e informação.

Figura 3: Audiência Pública Municipal no TAC. 18 de março de 2010



Fonte: imagens de Paulo Roberto e Marcelo Cabral.

Em 30 de dezembro de 2013, aproveitando-se do feriado em que as ruas estão vazias devido as festividades familiares, o plano é posto em votação e aprovado, embora tenha ocorrido manifestação popular em frente à Câmara de vereadores, com violenta repressão policial em que um dos manifestantes teve a visão de um olho comprometida. O plano diretor começa a vigorar em 20 de janeiro de 2014. Uma das vitórias da comunidade do Campeche neste plano é a aprovação do PACUCA – Parque Cultural do Campeche, resultado de mais de 30 anos de lutas pelo reconhecimento de uma área de 329.500m² como patrimônio histórico, cuja comunidade requeria como espaço público e comunitário.

Apesar da aprovação, é possível afirmar que as organizações populares locais não se identificaram totalmente com o novo plano, haja vista as irregularidades no processo de participação, e as muitas mudanças de zoneamento que ocorreram logo após sua aprovação: foram feitas mais de 300 alterações (mais de 60 só no Campeche), o que descaracterizaria um plano que já contava com um extenso descrédito popular. Entre estas alterações, a redução do número de Áreas Verdes de Lazer, e o avanço de Áreas Residenciais Predominantes (ARP) sobre áreas protegidas como dunas, restingas e encostas de morros. Novas ações das organizações populares ocorrem nos anos subsequentes, com manifestações nas ruas, participação em reuniões e audiências públicas, além de novos processos movidos contra a prefeitura de Florianópolis, endereçados ao Ministério Público, denunciando irregularidades em um processo pseudoparticipativo. Como resultado, o Ministério Público determina que no ano de 2016 ocorram novas rodadas de audiências públicas distritais e municipais para debater o Plano Diretor de Florianópolis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se compreender de que modo a teoria da territorialidade é capaz de auxiliar na compreensão dos conflitos associados às disputas em torno do planejamento urbano, em processos de elaboração de planos diretores municipais. No caso específico abordado, o território do Campeche é disputado por diferentes agentes. De um lado, encontram-se os agentes ligados à estrutura administrativa municipal, e promotores imobiliários, com uma visão de desenvolvimento para o bairro que utiliza a territorialidade como forma de adequar o espaço para a sua máxima capitalização, ou seja, sua transformação de valor de uso em valor de troca. De outro lado, encontram-se as organizações populares locais do Campeche, que no período dos últimos 30 anos, se dedicaram a construir uma visão de conjunto sobre o bairro a partir de sua identidade territorial, apropriando-se do mesmo para impedir o avanço de grandes projetos ligados à interesses particulares, e, indo além disso, ao elaborarem propostas de zoneamento mais condizentes com as necessidades e desejos locais, à exemplo da conquista do PACUCA, espaço público inserido no plano diretor de 2014, após esta longa trajetória de lutas.

O conflito que se deu entre a prefeitura e os moradores do Campeche passou a se intensificar, a partir do momento em que a administração municipal de Florianópolis passou a elaborar sucessivas propostas de planejamento, sem que estas tivessem sido amplamente discutidas com a população local. Paralelamente às investidas da prefeitura, o Campeche, pela sua disponibilidade de terras e por suas belezas naturais, foi escolhido pela construção civil como local estratégico de novos

investimentos imobiliários. As sucessivas investidas por parte da administração pública municipal e dos empreendedores imobiliários, e a defesa de uma visão alternativa de cidade, incluindo a elaboração autônoma de planos diretores por parte de moradores e organizações populares, vem fazendo com que o Campeche se destaque como um território, o que evidencia, neste estudo de caso, a dimensão política, mas também cultural deste conceito, pela vontade pública de preservar e manter uma série de elementos da cultura e vida local.

O Campeche é um exemplo de que a organização social e a apropriação territorial foram capazes de influenciar, em diversas ocasiões, o poder Estatal, impedindo que planos não compactuados com a população pudessem ser postos em prática. Estas intervenções populares fizeram frente a um processo pseudoparticipativo, em que as audiências públicas, e a formação de um núcleo gestor na elaboração do plano diretor foram, aparentemente, uma obrigatoriedade (uma mera formalidade), na visão da administração pública de Florianópolis, ao invés de serem consideradas práticas potencializadoras do ponto de vista da construção de um espaço mais democrático, e congruente com a vontade e a opinião públicas. Embora as territorialidades utilizadas pelas organizações populares tenham trazido algumas respostas às demandas locais, como o PACUCA, um processo de territorialização é hegemônico no litoral florianopolitano, e não é especificidade do Campeche, a proliferação dos grandes condomínios fechados de luxo que privatizam os entornos da orla marítima, em muitos casos, com ocupações sobre restingas, mangues, córregos, lençóis freáticos e áreas de preservação ambiental.

A teoria da territorialidade, referente ao controle do acesso por intermédio de uma estratégia geográfica, certamente, pode contribuir para com os estudos urbanos recentes na área do planejamento urbano. Ela permite que seja possível compreender com maior profundidade os conflitos entre diferenciados projetos políticos para o território e suas porções, projetos os quais se tornam muito mais “visíveis”, em termos de debates na esfera pública, com o planejamento participativo. As relações de poder expressas em múltiplas territorialidades auxiliam a compreendermos o grau de influência de cada ator sobre a composição da trama territorial. Cabe indagar quais as chances das organizações populares em defender suas visões e projetos políticos, propondo alternativas para o território, de modo que a autonomia local seja potencializada.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos os recursos recebidos da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, os quais possibilitaram a pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado deste autor, bem como, neste momento em que se desenvolve seu trabalho de Tese de doutorado, cujo tema é relacionado a este artigo.

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008.
- AMORA, Ana Maria. **O lugar do público no Campeche**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC, Florianópolis –SC.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Resolução nº. 25, de 30 de março de 2005**. Disponível em:< <http://www.cidades.gov.br/index.php/resolucao-concidades/543-resolucoes-nd-1-a-34>>. Acesso em: 14 de junho de 2012.
- BÚRGOS, Raúl. “Da democratização política à radicalização da democracia: novas dimensões estratégicas os movimentos sociais. Observações a partir de um estudo de caso”. In: DAGNINO, E. TATAGIBA, L. (Org.), **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Argos, 2007.
- BURGOS, Raúl, et al. (Org.). **O Campo de Peixes e os Senhores do Asfalto: memória das lutas do Campeche**. Florianópolis: Cidade Futura, 2007.
- CASTRO, Letícia de. **Ocupação urbana em Área costeira: a interface urbano-ambiental na orla marítima do Campeche, Ilha de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. UFSC, Julho de 2008.

CUNHA, Luis Felipe. **A esfera pública e o Plano Diretor Participativo de Florianópolis**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC, Florianópolis –SC.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1972.

FAUTH, Gabriela. **Legislação urbanística e ocupação do espaço: o caso do Campeche**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. UFSC, Julho de 2008.

HAESBAERT, Rogério. “Território e multiterritorialidade: um debate”. In: **GEOgraphia**, Ano IX, nº17, 2007.

_____. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: DIAS, L. C. & FERRARI, M. (Organizadoras). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis, Insular, 2. ed. rev., 2013.

IPIUF - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. **Plano de Desenvolvimento Entremares: diagnóstico**. Florianópolis, 1997.

_____. **Plano Diretor Participativo de Florianópolis**. Florianópolis, 2006.

MCQV - MOVIMENTO CAMPECHE QUALIDADE DE VIDA. **Dossiê Campeche**. Florianópolis, 1997.

_____. **Plano Diretor Comunitário para a Planície do Campeche: diagnóstico**. Florianópolis, 2000.

_____. **Relatórios produzidos pelo Núcleo Distrital do Campeche na sua atuação junto ao Núcleo Gestor Municipal: Março de 2007 a Maio de 2009**. Florianópolis, 2009.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. **O planejamento urbano no contexto da globalização: caso do plano diretor do Campeche em Florianópolis, SC**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC, Florianópolis –SC.

SACK, R. D. “O significado de territorialidade”. In: Dias, L. C. e FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis, Insular, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Recebido em: 28/12/2016

Aceito para publicação em: 16/08/2017